

Trecho do *Caderno de queixas da nobreza do bailado de Amont* (1789)

“Antes de tomar parte em quaisquer deliberações, os deputados da nobreza deverão obter toda segurança para sua própria pessoa e que não possam ser perseguidos, em matéria civil, em nenhum dos tribunais, enquanto durar sua missão. [...]

Artigo 4. A conservação das isenções pessoais e das distinções das quais a Nobreza sempre gozou, são atributos que essencialmente a distinguem e que não poderiam ser atacados e destruídos sem que fossem destruídas as ordens. O abuso que resultaria de tal confusão é evidente demais para que seja necessário discuti-lo. Assim, a Nobreza do bailado de Amont pede que a ordem, da qual ela faz parte, seja mantida em todas as suas prerrogativas pessoais, consentindo, todavia, por amor pela justiça e na intenção de aumentar seu horror para com os grandes crimes, que, no caso de delitos cometidos contra a ordem pública e as leis da Nação, não exista nenhuma distinção no modo de punição dos culpados."

MATTOSO, Kátia M. de Q. Textos e documentos para o estudo de História Contemporânea. São Paulo: Edusp, 1976.

Glossário